



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICADO DE REGISTRO SOB O NRO: 3130010989-5
EM 15/12/2014
ALGAR TI CONSULTORIA S/A

PROTOCOLO: 14/794.922-0

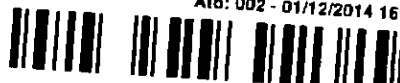
AN1540887

JUCEMG

JCEMG

UD02 - MF UBERLANDIA

Ato: 002 - 01/12/2014 16:02



14/794.922-0

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR(A). PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NOME: ALGAR TI CONSULTORIA S/A

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



J143710162200

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
------------	---------------	------------------	------	---------------------------

1	002	-	-	ALTERACAO
		046	1	TRANSFORMACAO
		02	1	ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL
		046	1	TRANSFORMACAO
		02	1	ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome:

Assinatura:

Telefone de Contato:

(34) 3218-3018

BELO HORIZONTE

Local

28 Novembro 2014

Data

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☒ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

12/12/14
Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐

☐

☐

☐

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☒ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☒ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐

☐

☐

☐

Data

Vogal

João Assunção Costa
Presidente da Turma

Vogal

Vogal

Flávia Ferreira Rocha

OBSERVAÇÕES

Conceição



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31300109895 em 15/12/2014 da Empresa ALGAR TI CONSULTORIA S/A, Nire 31300109895 e protocolo 147949220 - 01/12/2014. Autenticação: F7F4A77F735132206ECD28F1E65A8EB42323856E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 14/794.922-0 e o código de segurança 6TLA Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/12/2014 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

2
29

SYNOS CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA

CNPJ/MF: 05.510.654/0001-89
NIRE: 312.066.761-53

ALTERAÇÃO CONTRATUAL REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2014

ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.246.699/0001-44 e NIRE nº 313.000.096-37, com sede e foro na Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na Avenida Floriano Peixoto, 6.500, parte, Granja Marileusa, CEP 38.406-642, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, por seus diretores: **José Antônio Fechio**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade nº 12.969.560 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 042.496.258-69; e **Maria Aparecida Garcia**, brasileira, solteira, especialista em Talentos Humanos, portadora da Cédula de Identidade nº M 2.767.894 SSP/MG e inscrita no CPF/MF sob o nº 393.642.166-87, ambos com endereço comercial na Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na Avenida Floriano Peixoto, nº 6500, parte, Granja Marileusa, CEP: 38.406-642; e

ALGAR S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.835.026/0001-52 e NIRE nº 313.000.031-32, com sede e foro na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na Rua Lapa do Lobo, nº 800, parte, Granja Marileusa, CEP: 38.406-644, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, por seus diretores: **Marcelo Mafra Bicalho**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade nº M 1.072.714 SSP/MG e inscrito no CPF/MF nº 512.489.216-15; e **Mauri Seiji Ono**, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador da Cédula de Identificação RG 15584991 SSP/SP e CPF/MF sob o nº 116.186.728-78, ambos com endereço comercial na Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na Rua Lapa do Lobo, nº 800, parte, Granja Marileusa, CEP: 38.406-644;

Únicas sócias da sociedade **SYNOS CONSULTORIA E INFORMATICA LTDA**, com sede na Rua Desembargador Jorge Fontana, nº 600, Edifício Orange - 5º, 6º e 7º Andares, Belvedere, CEP: 30.320-670, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.510.654/0001-89 e NIRE 312.066.761-53, resolvem nesta data:

I – Aprovar a transformação do tipo societário da Sociedade, passando de Sociedade Limitada para Sociedade Anônima.

Visto: Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797



1/3



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31300109895 em 15/12/2014 da Empresa ALGAR TI CONSULTORIA S/A, Nire 31300109895 e protocolo 147949220 - 01/12/2014. Autenticação: F7F4A77F735132206ECD28F1E65A8EB42323856E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 14/794.922-0 e o código de segurança 6TLA Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/12/2014 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

3
92

II – Aprovar a alteração da denominação social da Sociedade, passando de SYNOS CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA para ALGAR TI CONSULTORIA S/A.

III – Aprovar a conversão da totalidade das quotas de emissão da Sociedade para Ações Ordinárias Nominativas e sem valor nominal, passando a Sociedade a ter a seguinte composição acionária:

Acionistas	Ações ON	Ações PN	Total
ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S/A	128.850.375	0	128.850.375
ALGAR S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES	02	0	02
TOTAL	128.850.377	0	128.850.377

IV – Aprovar a manutenção do mandato da Diretoria da Sociedade, vigente até 30 de Abril de 2017, e que manterá a seguinte composição: Diretor Presidente – **José Antônio Fecho**, brasileiro, casado, administrador, com endereço comercial na Avenida Floriano Peixoto, nº 6500, parte, Granja Marileusa, CEP: 38.406-642, Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, portador da Cédula de Identidade nº 12.969.560 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 042.496.258-69; Diretora Administrativa Financeira – **Jacimara Aparecida Bernardes de Santana Crozara**, brasileira, casada, administradora, com endereço comercial na Avenida Floriano Peixoto, nº 6500, parte, Granja Marileusa, CEP: 38.406-642, Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, portadora da Cédula de Identidade nº MG 17.046.153 SSP/MG e inscrita no CPF/MF sob o nº 431.554.486-87; Diretora de Talentos Humanos – **Maria Aparecida Garcia**, brasileira, solteira, especialista em Talentos Humanos, com endereço comercial na Avenida Floriano Peixoto, nº 6500, parte, Granja Marileusa, CEP: 38.406-642, Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, portadora da Cédula de Identidade nº M 2.767.894 SSP/MG e inscrita no CPF/MF sob o nº 393.642.166-87; Diretor Superintendente de Serviços Gerenciados e Infraestrutura de TI – **Oswaldo Firmino Júnior**, brasileiro, casado, engenheiro, com endereço comercial na Avenida Floriano Peixoto, nº 6500, parte, Granja Marileusa, CEP: 38.406-642, Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, portador da Cédula de Identidade 14821/D CREA/MG e inscrito no CPF/MF sob nº 122.946.756-49; e Diretor Superintendente de BPO e Aplicações – **Luiz Fernando Teixeira Scheliga**, brasileiro, casado, administrador, com endereço comercial na Rua Guido Camargo Penteado Sobrinho, nº 3685, Real Parque, CEP: 13.082-800, Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, portador da Cédula de Identidade nº 32.797.940-9 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 020.542.838-00. Os Diretores eleitos nesta oportunidade declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade por lei especial ou em virtude de condenação, inclusive de seu respectivo efeito, a pena que vede, ainda que

2/3

Visto: Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31300109895 em 15/12/2014 da Empresa ALGAR TI CONSULTORIA S/A, Nire 31300109895 e protocolo 147949220 - 01/12/2014. Autenticação: F7F4A77F735132206ECD28F1E65A8EB42323856E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 14/794.922-0 e o código de segurança 6TLA Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/12/2014 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

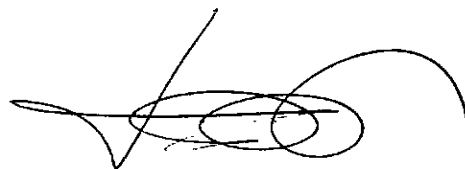
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 3/23

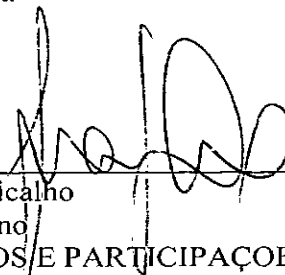
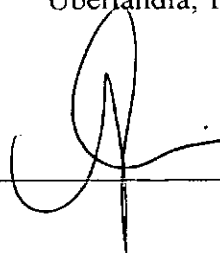
temporariamente, o acesso a cargos públicos; por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Foi deliberado que os membros da Diretoria não serão remunerados por já o serem como membros da controladora da Sociedade.

V – Aprovar o novo Estatuto Social da Sociedade nos termos do Anexo Único ao presente instrumento.

Uberlândia, 16 de outubro de 2014

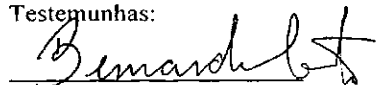


José Antônio Fechio
Maria Aparecida Garcia
ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S/A
Sócia-quotista



Marcelo Mafra Bicalho
Mauri Seiji Ono
ALGAR S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES
Sócia-quotista

Testemunhas:



Bernardo Araújo Costa
CPF/MF: 014.879.526-94
CE: OAB/MG 105.296



Letícia Alves Gomes
CPF/MF: 783.834.396-87
CI: OAB/MG 82.053



Visto: Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797

3/3



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31300109895 em 15/12/2014 da Empresa ALGAR TI CONSULTORIA S/A, Nire 31300109895 e protocolo 147949220 - 01/12/2014. Autenticação: F7F4A77F735132206ECD28F1E65A8EB42323856E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 14/794.922-0 e o código de segurança 6TLA Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/12/2014 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 4/23

ALGAR TI CONSULTORIA S/A
CNPJ/MF: 05.510.654/0001-89

ESTATUTO SOCIAL
CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Art. 1º - A **ALGAR TI CONSULTORIA S/A** é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Desembargador Jorge Fontana, nº 600, Edifício Orange - 5º, 6º e 7º Andares, Belvedere, CEP: 30.320-670, regida pela Lei nº 6.404/1976, e alterações posteriores, pelo presente Estatuto Social, pelas leis e usos do comércio e disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Único: A Sociedade poderá adotar como nome fantasia a expressão “ALGAR TI”.


Art. 2º - A Sociedade, por deliberação colegiada da Diretoria estatutária, pode abrir e extinguir filiais, agências e escritórios de representações, no país e no exterior.

Art. 3º - Constitui objeto social da Sociedade a prestação dos serviços de:

- I. Análise e desenvolvimento de sistemas;
- II. Programação de sistemas;
- III. Processamento de dados e congêneres;
- IV. Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos;
- V. Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação;
- VI. Assessoria e consultoria em informática;
- VII. Terceirização de mão de obra em serviços de TI;
- VIII. Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados;
- IX. Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas; e
- X. Representação e comercialização de softwares e hardwares.

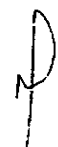
Parágrafo Único: É nulo de pleno direito qualquer ato assinado em nome da Sociedade que extrapole as atividades e responsabilidades constantes deste objeto social.

Art. 4º - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

Visto: 
OAB/MG: 128.797







1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31300109895 em 15/12/2014 da Empresa ALGAR TI CONSULTORIA S/A, Nire 31300109895 e protocolo 147949220 - 01/12/2014. Autenticação: F7F4A77F735132206ECD28F1E65A8EB42323856E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 14/794.922-0 e o código de segurança 6TLA Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/12/2014 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

CAPITULO II DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Art. 5º - O capital social inteiramente subscrito e integralizado é de R\$ 38.655.113,10 (trinta e oito milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, cento e treze reais e dez centavos), dividido em 128.850.377 (cento e vinte oito milhões, oitocentas e cinquenta mil, trezentas e setenta e sete) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

§1º - As ações são indivisíveis em relação à Sociedade e a cada ação ordinária é atribuído um voto nas deliberações das Assembleias.

§2º - As ações preferenciais não conferirão a seus titulares direito de voto nas deliberações sociais, sendo a elas assegurada as seguintes vantagens:

- I. Prioridade no recebimento do dividendo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, na forma da Lei 6.404/1976;
- II. Participação em igualdade de condição com as ações ordinárias no saldo remanescente do lucro líquido, após pagamento do dividendo obrigatório aos titulares das ações ordinárias; e
- III. Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Sociedade.

CAPITULO III DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE SEÇÃO I DIRETORIA

Art. 6º - A administração da Sociedade compete à Diretoria estatutária.

§1º - Os Diretores da Sociedade deverão zelar pela Visão, Missão e Valores e pelo cumprimento das políticas e diretrizes corporativas.

§2º - A Diretoria é órgão executivo da administração da Sociedade, atuando cada um de seus membros segundo a respectiva competência, competindo ao Diretor Presidente a administração direta da Sociedade, sendo este o responsável geral pela mesma.

§3º - É nulo de pleno direito qualquer obrigação, financeira ou não, assumida em nome da Sociedade que seja celebrada em desconformidade com as disposições contidas nesse Estatuto Social.

Visto: Danilo de Andrade Fernandes
DNE MG: 128.797



2



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31300109895 em 15/12/2014 da Empresa ALGAR TI CONSULTORIA S/A, Nire 31300109895 e protocolo 147949220 - 01/12/2014. Autenticação: F7F4A77F735132206ECD28F1E65A8EB42323856E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 14/794.922-0 e o código de segurança 6TLA Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/12/2014 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 6/23

§4º - Os administradores somente podem assumir obrigações e responsabilidades expressamente autorizadas no presente Estatuto e de acordo com os Limites e Responsabilidades de aprovações descritas no Anexo I do presente instrumento.

Art. 7º - Além dos casos de morte, renúncia, destituição e outros previstos em Lei, dar-se-á a vacância definitiva do cargo quando o Diretor deixar o exercício da função durante o prazo do mandato, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou 90 (noventa) dias intercalados, sem justa causa.

§1º - No caso de vacância definitiva de cargo da Diretoria, o Diretor Presidente poderá nomear, interinamente, um substituto para assumir o cargo até a próxima eleição promovida pela próxima Assembleia Geral.

§2º - A renúncia ao cargo de Diretor é feita mediante comunicação escrita à Diretoria, tornando-se eficaz, a partir deste momento, perante a Sociedade, e, perante terceiros, após o arquivamento do documento de renúncia no Registro do Comércio e sua publicação.

SEÇÃO II COMPETÊNCIA

Art. 8º - Compete a Diretoria Estatutária da Sociedade:

- I. Representar a Sociedade em conjunto com outro Diretor, em Juízo ou fora dele, em todos os atos necessários à condução do objeto social, bem como perante os acionistas, público em geral, empresas privadas e Administração Pública e no relacionamento com quaisquer entidades;
- II. Convocar a Assembleia Geral;
- III. Elaborar as demonstrações financeiras e o Relatório de Administração da Sociedade, submetendo-os à auditoria independente e à aprovação da Assembleia Geral;
- IV. Estabelecer políticas, objetivos e diretrizes da gestão operacional;
- V. Implementar as diretrizes estratégicas e a orientação geral dos negócios da Sociedade;
- VI. Propor e executar os planos de negócios, os orçamentos anuais e suas revisões periódicas, e os planos de longo prazo, neles incluídos investimentos e desinvestimentos, aquisições e alienações de bens do ativo permanente, a entrada em novos ramos de negócios e os limites máximos de endividamento;

Visto: Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797

3



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31300109895 em 15/12/2014 da Empresa ALGAR TI CONSULTORIA S/A, Nire 31300109895 e protocolo 147949220 - 01/12/2014. Autenticação: F7F4A77F735132206ECD28F1E65A8EB42323856E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 14/794.922-0 e o código de segurança 6TLA Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/12/2014 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

- VII. Analisar a performance geral da Sociedade acompanhando os desvios dos planos e executando medidas corretivas;
- VIII. Propor aumento ou redução do Capital Social da Sociedade, transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da Sociedade submetendo à aprovação em Assembleia;
- IX. Propor para aprovação em Assembleia a participação, ou aumento de participação da Sociedade no capital de outras empresas, bem como, a alienação total ou parcial dessa participação;
- X. Deliberar sobre as condições de emissão de debêntures da Sociedade por delegação da Assembleia Geral;
- XI. Propor a estrutura organizacional estatutária da Sociedade para a provação em Assembleia, observadas as disposições legais e estatutárias;
- XII. Cumprir o Regime de Competências e a Delegação de Responsabilidades da Sociedade, aprovada pela Assembleia Geral, não sendo necessário o registro do Regime de Competência e Delegação de Responsabilidades na Junta Comercial ou em cartórios de Registro de Títulos e documentos;
- XIII. Propor, observar e cumprir a Política de Gestão de Riscos;
- XIV. Aprovar o plano de cargos, o quadro pessoal, a tabela de remuneração e o regulamento de pessoal da Sociedade, observada a Política de Remuneração;
- XV. Executar as ações de responsabilidade Social e Ambiental da Sociedade, considerando estas dimensões na definição dos negócios e operações e avaliando a sua efetiva contribuição para a sociedade onde atua;
- XVI. Observar a arquitetura da marca e fortalecer os atributos desejados da marca e a imagem institucional;
- XVII. Aprovar o estabelecimento de representação da Sociedade em qualquer parte do território nacional;
- XVIII. Aprovar, por meio de ata da Diretoria, a constituição de ônus reais sobre bens da Sociedade e qualquer outra forma de outorga de garantias para concessão de garantias em favor de sociedades controladoras, coligadas ou controladas, direta ou indiretamente, sendo vedadas tais prestações de garantias a qualquer pessoa física ou para obrigações

Visto: Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797






de terceiros fora das empresas sob controle direto ou indireto da Algar S/A Empreendimentos e Participações;

- XIX. Reunir mediante convocação por escrito do Diretor Presidente ou de qualquer um de seus membros, decidindo por maioria de votos, presente a maioria dos Diretores, cabendo ao Diretor Presidente além do voto comum, o de qualidade. Na ausência do Diretor Presidente, a prerrogativa de proferir voto de qualidade, será transferida ao Diretor substituto conforme §2º do Art. 9º infra;
- XX. Deliberar sobre assuntos julgados pelo Diretor Presidente ou pelos demais Diretores, como de competência colegiada da Diretoria ou a ela atribuídos pela Lei, pelo Estatuto ou pela Assembleia Geral;
- XXI. Cumprir o objeto social e as atividades, limites e responsabilidades constantes neste Estatuto; e
- XXII. Exercer outras atividades que lhe sejam cometidas pela Lei, pelo Estatuto, pela Assembleia Geral, pelos regimentos, normas, políticas e diretrizes.

SEÇÃO III COMPOSIÇÃO




Art. 9º - A Diretoria estatutária, com mandato unificado de 03 (três) anos, será composta de: 01 (um) Diretor Presidente; 01 (um) Diretor Administrativo Financeiro; 01 (um) Diretor de Talentos Humanos; 01 (um) Diretor Superintendente de Serviços Gerenciados e Infraestrutura de TI; e 01 (um) Diretor Superintendente de BPO e Aplicações, os quais deverão permanecer nos respectivos cargos até a investidura de seus sucessores, podendo, entretanto, serem destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

Art. 10 - A Diretoria se reunirá mediante convocação por escrito do Diretor Presidente ou de qualquer um de seus membros, decidindo, presente a maioria dos Diretores, por maioria de votos, cabendo ao Diretor Presidente além do voto comum, o de qualidade.

SEÇÃO IV PRERROGATIVAS E RESPONSABILIDADES

Art. 11 - Os atos, contratos e documentos que importem em responsabilidades para a Sociedade serão sempre assinados em conjunto por 02 (dois) Diretores Estatutários, preferencialmente Diretores das áreas envolvidas na operação.

Visto: Danilo de Andrade Fernandes
CPF: 128.797

5



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31300109895 em 15/12/2014 da Empresa ALGAR TI CONSULTORIA S/A, Nire 31300109895 e protocolo 147949220 - 01/12/2014. Autenticação: F7F4A77F735132206ECD28F1E65A8EB42323856E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 14/794.922-0 e o código de segurança 6TLA Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/12/2014 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

§1º - Em casos de ausência ou impossibilidade de 02 (dois) Diretores Estatutários assinarem os atos definidos no caput deste artigo, referidos atos poderão ser assinados por 01 (um) Diretor Estatutário em conjunto com 01 (um) procurador, não subordinado a este, *exceto* para movimentação de contas bancárias a qual poderá ser assinada por dois procuradores com poderes específicos.

§2º - As procurações outorgadas em nome da Sociedade serão sempre assinadas pelo Diretor Presidente em conjunto com outro Diretor Estatutário, devendo especificar os poderes conferidos e a duração do respectivo mandato, que, no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

§3º - A Sociedade poderá ser representada por apenas 01 (um) Diretor Estatutário ou 01 (um) Procurador com poderes especiais nos seguintes casos:

- I. Prática de atos de simples rotinas administrativas perante repartições públicas, fundações, sociedades de economia mista, concessionárias e autorizatárias de serviço público, alfândega, autarquias, associações, sindicatos, federações, agências, bombeiros, juntas comerciais, órgãos de classe, ministérios, entes parastatais, instituições, empresas públicas, cartórios, serventias, secretarias, Secretária da Receita Federal, Secretarias das Fazendas Estaduais, Secretarias das Fazendas Municipais, delegacias, órgãos do poder Executivo, Legislativo e Judiciário, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outras da mesma natureza.
- II. Assinatura de instrumentos contratuais em solenidade e/ou circunstâncias nas quais não seja possível a presença do segundo procurador;
- III. Assinatura de correspondência que não crie obrigações e ou responsabilidades para a Sociedade;
- IV. Depoimentos judiciais ou representação da Sociedade em Juízo;
- V. Recebimento de citações ou intimações judiciais ou extrajudiciais;
- VI. Participação em licitações;
- VII. Registros em Carteiras de Trabalho e Previdência Social; e
- VIII. Vendas de produtos e serviços cujos contratos sejam previamente aprovados nos termos caput do presente artigo.

§4º - Salvo quando da essência do ato for obrigatória à forma pública, os mandatários serão constituídos por procuração sob a forma de instrumento particular, no qual serão especificados os

Visto: Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797

6



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31300109895 em 15/12/2014 da Empresa ALGAR TI CONSULTORIA S/A, Nire 31300109895 e protocolo 147949220 - 01/12/2014. Autenticação: F7F4A77F735132206ECD28F1E65A8EB42323856E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 14/794.922-0 e o código de segurança 6TLA Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/12/2014 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

poderes outorgados, limitado o prazo de validade das procurações “ad negotia” ao dia 31 de dezembro do ano em que for outorgada a procuração, exceto quanto àqueles outorgados para representação judicial, os quais poderão vigorar por prazo indeterminado. As procurações outorgadas a partir de 1º de dezembro poderão ter validade até 31 de dezembro do ano seguinte.

§ 5º - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos de qualquer diretor, procuradores, ou empregado que a envolverem em obrigações, negócios, contratações ou operações estranhas ao objeto social, tais como, mas não se limitando a, fianças, ônus, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando os referidos atos forem em benefício do grupo econômico Algar.

§6º - A Diretoria da Sociedade está expressamente proibida de firmar quaisquer tipos de ato, contrato ou documento com fim especulativo, bem como instrumentos financeiros de derivativos, especulativo ou não, independentemente do modelo, formato e/ou nomenclatura. Para fins exemplificativos entende-se por derivativos quaisquer contratos nos quais se definem pagamentos futuros baseados no comportamento dos preços de um ativo de mercado, ou seja, é um contrato cujo valor deriva de um outro ativo.

§7º - A Diretoria da Sociedade não poderá firmar atos, contratos ou documentos que de forma direta ou indireta restrinja quaisquer tipos de alterações societárias da Sociedade e ou suas controladas sem prévia autorização formal do acionista controlador.


SEÇÃO V COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS

Art. 12 - São competências específicas dos cargos da Diretoria estatutária:

I - Diretor Presidente:

- a. Representar a Sociedade, em juízo e/ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral, podendo, nos termos deste Estatuto, nomear procuradores em conjunto com outro Diretor Estatutário;
- b. Convocar a Assembleia Geral;
- c. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- d. Exercer a administração da Sociedade, supervisionando e orientando as atividades dos membros da Diretoria;

Visto: Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797



7



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31300109895 em 15/12/2014 da Empresa ALGAR TI CONSULTORIA S/A, Nire 31300109895 e protocolo 147949220 - 01/12/2014. Autenticação: F7F4A77F735132206ECD28F1E65A8EB42323856E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 14/794.922-0 e o código de segurança 6TLA Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/12/2014 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

pág. 11/23

- e. Coordenar a elaboração e supervisionar a execução dos planos de negócios e os orçamentos anuais e plurianuais da Sociedade e suas revisões periódicas, objetivando o crescimento e a perenidade da Sociedade e dentro de uma perspectiva de longo prazo e de sustentabilidade que incorpore considerações de ordem econômica, social, ambiental e de boa governança corporativa;
- f. Supervisionar a execução das diretrizes, a orientação geral dos negócios e as estratégias operacionais;
- g. Monitorar o gerenciamento adequado dos riscos gerais dos negócios da Sociedade, objetivando a maximização do retorno aos acionistas, o desenvolvimento sustentável e a consolidação da marca e da imagem institucional;
- h. Assegurar e responsabilizar-se pelos compromissos e resultados operacionais e financeiros assumidos pela Sociedade;
- i. Assegurar uma infraestrutura administrativa de apoio efetivo aos negócios, por meio da implementação de estratégias financeiras, organizacionais de informações e apoio jurídico, sintonizada com as necessidades da Sociedade e que aumente sua produtividade e eficácia;
- j. Zelar pelo capital humano da Sociedade; e
- k. Exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pela lei, pelo Estatuto Social, pela Diretoria, regimentos, normas e políticas.

II - Diretor Administrativo-Financeiro:

- a. Representar a Sociedade, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral;
- b. Dirigir e supervisionar as atividades de planejamento financeiro, controladoria, contabilidade, finanças e tesouraria, suprimentos e logística e PMO;
- c. Executar a gestão de riscos da Sociedade, especificamente com relação a crédito e inadimplência, billing, câmbio, níveis juros e de endividamento e de todas as posições financeiras e adotar planos para sua prevenção e minimização;
- d. Supervisionar o desempenho e os resultados da Sociedade, de acordo com o orçamento e suas revisões periódicas e as metas estabelecidas;

Visto: Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

8



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31300109895 em 15/12/2014 da Empresa ALGAR TI CONSULTORIA S/A, Nire 31300109895 e protocolo 147949220 - 01/12/2014. Autenticação: F7F4A77F735132206ECD28F1E65A8EB42323856E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 14/794.922-0 e o código de segurança 6TLA Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/12/2014 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

[Handwritten signature]
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 12/23

- e. Promover estudos e propor alternativas para o equilíbrio econômico-financeiro da Sociedade;
- f. Preparar e analisar as demonstrações financeiras da Sociedade, assegurando a qualidade das informações econômico-financeiras quanto à confiabilidade, transparência, consistência e prazos e submetê-las nos auditores independentes e divulgá-las nos órgãos correspondentes;
- g. Administrar e otimizar os recursos financeiros aplicados na Sociedade;
- h. Gerenciar o cumprimento dos compromissos financeiros no que se refere aos requisitos legais, administrativos, fiscais e contratuais das operações, interagindo com os órgãos da Sociedade e com as partes envolvidas;
- i. Preparar as demonstrações financeiras da Sociedade;
- j. Responsabilizar-se pela contabilidade da Sociedade para atendimento das determinações legais e regulatórias aplicáveis;
- k. Manter relacionamento e contatos com instituições financeiras e fornecedores;
- l. Executar as diretrizes da Sociedade e todas as atribuições relativas à sua área de atuação;
- m. Zelar pelo capital humano da Sociedade; e
- n. Exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pela lei, pelo Estatuto Social, pela Diretoria, regimentos, normas e políticas.

III - Diretor de Talentos Humanos:

- a. Representar a Sociedade, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral;
- b. Dirigir, planejar, definir, coordenar e controlar as operações, atividades e projetos de recursos humanos da Sociedade, responsabilizando-se pelos processos de admissão, desligamento, pagamentos, controles trabalhistas e legais, bem como relacionamento com sindicatos e pela definição e gestão das políticas e procedimentos de administração salarial e de benefícios;
- c. Relacionar-se com sindicatos e conduzir as negociações coletivas da Sociedade;
- d. Assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas e dos procedimentos contábeis, fiscais e de governança destas obrigações e a defesa dos interesses da Sociedade;

Visto: Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797

9



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31300109895 em 15/12/2014 da Empresa ALGAR TI CONSULTORIA S/A, Nire 31300109895 e protocolo 147949220 - 01/12/2014. Autenticação: F7F4A77F735132206ECD28F1E65A8EB42323856E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 14/794.922-0 e o código de segurança 6TLA Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/12/2014 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 13/23

- e. Assegurar que os aspectos de segurança do trabalho sejam respeitados propiciando um ambiente físico adequado à realização dos trabalhos por parte dos associados, inclusive nos requisitos regulatórios descritos pela Norma NR1 e correlatos;
- f. Zelar pelo capital humano da Sociedade; e
- g. Exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pela lei, pelo Estatuto Social, pela Diretoria, regimentos, normas e políticas.

IV - Diretor Superintendente de Serviços Gerenciados e Infraestrutura de TI:

- a. Representar a Sociedade, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral;
- b. Dirigir, planejar, definir, coordenar e controlar as operações, atividades e projetos ligados ao negócio de Serviços Gerenciados e Infraestrutura de TI, responsabilizando-se pelos processos integrais de gestão de pessoas, gestão de infraestrutura e gestão de indicadores, bem como relacionamento com clientes para definição e gestão dos contratos e suas particularidades;
- c. Executar as diretrizes da Sociedade e todas as atribuições relativas à sua área de atuação;
- d. Assegurar uma gestão eficiente da infraestrutura da Sociedade propiciando um ambiente físico adequado à realização dos trabalhos por parte dos associados, inclusive nos quesitos regulatórios de segurança do trabalho tais como a determina a Norma NR 17 e correlatos ou outras normas que vierem a complementar, modificar ou substituir;
- e. Manter comunicação adequada com os clientes reportando os resultados e indicadores operacionais, inclusive na ocorrência de paralisações;
- f. Zelar pelo capital humano da Sociedade; e
- g. Exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pela lei, pelo Estatuto Social, pela Diretoria, regimentos, normas e políticas.

V - Diretor Superintendente de BPO e Aplicações:

- a. Representar a Sociedade, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral;

Visto: Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797

   10



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31300109895 em 15/12/2014 da Empresa ALGAR TI CONSULTORIA S/A, Nire 31300109895 e protocolo 147949220 - 01/12/2014. Autenticação: F7F4A77F735132206ECD28F1E65A8EB42323856E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 14/794.922-0 e o código de segurança 6TLA Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/12/2014 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

- b. Dirigir, planejar, definir, coordenar e controlar as operações, atividades e projetos ligados ao negócio BPO e Aplicações, responsabilizando-se pelos processos integrais de gestão de pessoas, gestão de infraestrutura e gestão de indicadores, bem como relacionamento com clientes para as atividades de operação dos negócios da Sociedade (BPO e Aplicações), garantindo a realização das atividades de operação contratadas pelos clientes e definidas nos contratos comerciais e seus respectivos anexos, incluindo os SLA's (níveis de serviço);
- c. Assegurar uma gestão eficiente da infraestrutura da Sociedade propiciando um ambiente físico adequado à realização dos trabalhos por parte dos associados, inclusive nos quesitos regulatórios de segurança do trabalho tais como a determina a Norma NR 17 e correlatos ou outras normas que vierem a complementar, modificar ou substituir;
- d. Manter comunicação adequada com os clientes reportando os resultados e indicadores operacionais, inclusive na ocorrência de paralisações;
- e. Executar as diretrizes da Sociedade e todas as atribuições relativas à sua área de atuação;
- f. Zelar pelo capital humano da Sociedade; e
- g. Exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pela lei, pelo Estatuto Social, pela Diretoria, regimentos, normas e políticas.


§1º - Os Diretores investem-se nos seus cargos mediante a assinatura do termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, estando dispensados de prestação de caução.

§2º - O Diretor Presidente pode nomear formalmente o substituto. Não ocorrendo nomeação, nas ausências e impedimentos eventuais do Diretor Presidente, o mesmo será substituído pelo Diretor imediato, conforme ordem da relação de cargos constante no caput deste artigo.

CAPITULO IV DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

Art. 13 - A Assembleia Geral é o órgão superior da Sociedade, com poderes para deliberar sobre os negócios relativos ao objeto social e tomar as providências que julgar convenientes à defesa e ao desenvolvimento da Sociedade.

Visto: Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797



11



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31300109895 em 15/12/2014 da Empresa ALGAR TI CONSULTORIA S/A, Nire 31300109895 e protocolo 147949220 - 01/12/2014. Autenticação: F7F4A77F735132206ECD28F1E65A8EB42323856E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 14/794.922-0 e o código de segurança 6TLA Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/12/2014 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

pág. 15/23

Art. 14 - A Assembleia Geral reúne-se, ordinariamente, nos 04 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social, para deliberar sobre as matérias de sua competência, nos termos do Art. 132 da Lei 6.404/1976 e posteriores alterações, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§1º - As Assembleias Gerais, Ordinárias e Extraordinárias, são convocadas pelo Diretor Presidente, podendo ser presidida por este, ou pelo seu substituto ou por acionista indicado dentre os presentes na Assembleia, por maioria de votos dos acionistas detentores de ações ordinárias, cabendo a cada ação ordinária um voto para definição do Presidente da Mesa, que, quando eleito, indicará o seu secretário, dentre os acionistas presentes.

§2º - Além das matérias de competência privativa, conforme previstas no Art. 122 da Lei 6404/1976 e posteriores alterações, devem ser submetidas à Assembleia: *i)* aprovar o orçamento anual plurianual e suas revisões periódicas; *ii)* aprovar decisões econômico-financeiras não previstas ou que extrapolam o orçamento anual e suas revisões periódicas; notadamente investimentos e desinvestimentos, aquisição e alienação de bens do ativo permanente e aumento do nível de endividamento; *iii)* escolher e destituir os auditores independentes; e *iv)* aprovação de quaisquer atos e contratos em moedas diversas, exceto para importação de bens ou serviços ligados às atividades do objeto social da Sociedade, descritos no presente Estatuto Social.

§3º - É necessária a aprovação de acionistas que representem a maioria absoluta, no mínimo, do capital social votante, para deliberações sobre:

- I. Aumento e redução do capital social;
- II. Fixação do capital autorizado;
- III. Mudança do objeto social da Sociedade;
- IV. Incorporação da Sociedade em outra, sua fusão ou cisão;
- V. Dissolução da Sociedade;
- VI. Criação de partes beneficiárias;
- VII. Cessação do estado de liquidação da Sociedade;
- VIII. Participação em grupos de sociedades;
- IX. Alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida;
- X. Aumento de classes de ações preferências existentes, sem guardar proporção com as demais classes; e

Visto: Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797



12



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31300109895 em 15/12/2014 da Empresa ALGAR TI CONSULTORIA S/A, Nire 31300109895 e protocolo 147949220 - 01/12/2014. Autenticação: F7F4A77F735132206ECD28F1E65A8EB42323856E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 14/794.922-0 e o código de segurança 6TLA Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/12/2014 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

pág. 16/23

XI. Redução do dividendo obrigatório.

§4º - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias por procuradores constituídos na forma da Lei das Sociedades por ações, devendo o instrumento de mandato ser depositado na sede social da Sociedade com antecedência mínima de 03 (três) dias.

CAPITULO V DO CONSELHO FISCAL

Art. 15 - O Conselho Fiscal funcionará exclusivamente nos casos em que a sua instalação seja solicitada por acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Art. 16 - O Conselho Fiscal, quando instaurado, será composto de no mínimo 03 (três) e no máximo 05 (cinco) membros, e suplentes em igual número, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com observância das normas do Parágrafo 4º do Art. 161 da Lei nº 6.404/1976.

§1º - A destituição dos membros do Conselho Fiscal realizar-se-á da mesma forma de sua eleição.

§2º - Eleitos pela Assembleia Geral, os membros do Conselho Fiscal terão o mandato de 01 (um) exercício anual, encerrando seu período de funcionamento na próxima Assembleia Geral Ordinária.

§3º - Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente.

Art. 17 - O Conselho Fiscal, quando instaurado, se reunirá quando necessário.

§1º - Além das formas previstas legalmente, as reuniões do Conselho Fiscal poderão ser convocadas pelos Diretores da Sociedade.

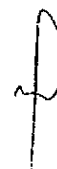
§2º - Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros efetivos do Conselho Fiscal.

§3º - O Conselho Fiscal se manifesta por maioria de votos, presente a maioria dos seus membros, cabendo ao membro que discordar de manifestação específica, fazer constar em ata seu voto contrário, motivos e protestos, se desejar.

Visto: Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797







13



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31300109895 em 15/12/2014 da Empresa ALGAR TI CONSULTORIA S/A, Nire 31300109895 e protocolo 147949220 - 01/12/2014. Autenticação: F7F4A77F735132206ECD28F1E65A8EB42323856E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 14/794.922-0 e o código de segurança 6TLA Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/12/2014 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 17/23

Art. 18 - Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente.

Parágrafo Único: Ocorrendo vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a próxima Assembleia Geral procederá à eleição de membro para ocupar o cargo vago.

Art. 19 - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral Ordinária que os eleger, observado o Parágrafo 3º do Art. 162 da Lei nº 6.404/1976.

Parágrafo Único: O suplente em exercício fará jus à remuneração do efetivo, no período em que ocorrer a substituição, contado mês a mês.

CAPITULO VI DO EXERCÍCIO SOCIAL, DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

Art. 20 - O exercício social da Sociedade inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro.

Art. 21 - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, nos termos do Art. 176 da Lei 6.404/1976, as demonstrações financeiras constituídas de:

- I. Balanço patrimonial;
- II. Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- III. Demonstração do resultado do exercício; e
- IV. Demonstração dos fluxos de caixa.

Art. 22 - Os lucros líquidos do exercício, ajustados de acordo com o Art. 202 da Lei 6.404/1976, terão a seguinte destinação:

- I. 5% (cinco por cento) para a constituição do fundo de Reserva Legal, sendo que esta dedução deixa de ser necessária, desde que este fundo atinja 20% (vinte por cento) da cifra que representa o capital social;
- II. 25% (vinte e cinco por cento) destinado ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios; e

Visto: Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797







14



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31300109895 em 15/12/2014 da Empresa ALGAR TI CONSULTORIA S/A, Nire 31300109895 e protocolo 147949220 - 01/12/2014. Autenticação: F7F4A77F735132206ECD28F1E65A8EB42323856E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 14/794.922-0 e o código de segurança 6TLA Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/12/2014 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 18/23

III. O saldo remanescente terá a sua destinação proposta pela Diretoria, respeitadas as disposições legais e estatutárias, cabendo à Assembleia Geral acolhê-la ou não, dando a destinação que melhor lhe aprouver.

§1º - A Diretoria poderá, mediante aprovação da Assembleia Geral, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, levantar balanços intercalares e distribuir dividendos "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros registrados no balanço anual ou semestral, ou ainda, declarar e distribuir juros sobre o capital próprio e imputá-lo ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

§2º - A Administração da Sociedade não poderá firmar quaisquer atos, contratos e documentos que restrinja o percentual ou o pagamento de dividendos previstos neste Estatuto.


Art. 23 - Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, os dividendos deverão ser pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data em que forem declarados, e em qualquer caso, dentro do exercício social.

Parágrafo Único: Os dividendos não reclamados no prazo de 03 (três) anos reverterão em favor da Sociedade.

CAPITULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24 - As operações e contratos com partes relacionadas devem ser firmadas em condições de mercado.

Art. 25 - A Administração não pode negociar atos, contratos ou documentos sem aprovação em Assembleia Geral, nas seguintes condições: (i) que sejam em moeda diversa, exceto para importação de bens ou serviços ligados às atividades do objeto social (ii) que restrinja eventuais alterações societárias da Sociedade ou empresas controladas e (iii) que restrinja percentual ou o pagamento de dividendos previstos neste Estatuto, exceto com aprovação formal da Algar S/A Empreendimentos e Participações.

Visto:  Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797







15



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31300109895 em 15/12/2014 da Empresa ALGAR TI CONSULTORIA S/A, Nire 31300109895 e protocolo 147949220 - 01/12/2014. Autenticação: F7F4A77F735132206ECD28F1E65A8EB42323856E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 14/794.922-0 e o código de segurança 6TLA Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/12/2014 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

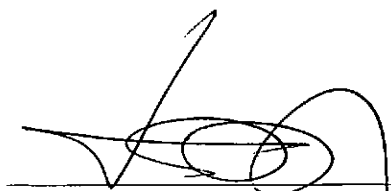

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

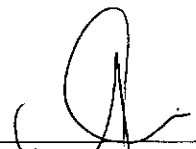
pág. 19/23

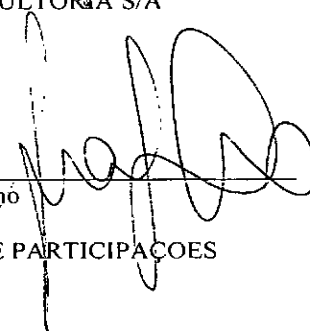
Art. 26 - Os valores descritos no presente Estatuto e Anexo não podem ser fracionados para enquadramento de limites monetários de menor valor e níveis de aprovações.


Art. 27 - Na ocorrência de divergências entre as disposições deste Estatuto e legislação superveniente aplicável a esta Sociedade, prevalecer-se-ão as disposições legais.

Uberlândia-MG, 16 de outubro de 2014.


 José Antonio Fechio
 Maria Aparecida Garcia
 ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S/A
 Sócia-quotista


 Marcelo Mafra Bicalho
 Mauri Seiji Ono
 ALGAR S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES
 Sócia-quotista



Visto: 
 Danilo de Andrade Fernandes
 OAB/MG: 128.797

16



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31300109895 em 15/12/2014 da Empresa ALGAR TI CONSULTORIA S/A, Nire 31300109895 e protocolo 147949220 - 01/12/2014. Autenticação: F7F4A77F735132206ECD28F1E65A8EB42323856E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 14/794.922-0 e o código de segurança 6TLa Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/12/2014 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

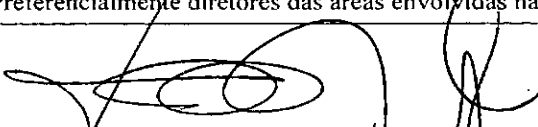

 MARINELY DE PAULA BOMFIM
 SECRETÁRIA-GERAL


pág. 20/23

ANEXO I ao ESTATUTO SOCIAL da Sociedade ALGAR TI CONSULTORIA S/A
Limites e Responsabilidades de aprovações na Sociedade

Nota: Não é permitida aprovação fora dos limites apresentados no Estatuto e presente anexo.

RESPONSABILIDADES	LIMITES VALORES	APROVAÇÃO NA SOCIEDADE(*)	FORMALIZAÇÃO
1) Financiamentos e empréstimos com instituições financeiras ou de fornecedores. <i>Nota 1: Inclui operações de leasing financeiro</i> <i>Nota 2: Respeitar o limite máximo de endividamento aprovados em orçamento anual revisado.</i> <i>Nota 3: Havendo necessidade do aval da Algar S/A Empreendimentos e Participações é necessária aprovação formal prévia.</i> <i>Nota 4: Contratação de empréstimo ponte, somente com aprovação prévia, em ato formal da Diretoria.</i> <i>Nota 5: Vedada contratação de Derivativos, independente de modelo, formato ou nomenclatura.</i> <i>Nota 6: (*) Patrimônio Líquido: Valor constante no último balanço anual auditado.</i>	Acima de 10% do valor do Patrimônio Líquido (*) por operação	Diretor Presidente e Diretor Administrativo Financeiro	Ata de Reunião da Diretoria
2) Liberação de multas contratuais com fornecedores. <i>Nota: O benefício da liberação deve ser igual ou maior que o valor liberado, podendo ser aplicado por troca, acréscimos ou, ainda, melhorias de bens, produtos e serviços ofertados.</i>	Qualquer valor acima do limite de endividamento aprovado pelo CA no orçamento anual.	Diretor Presidente e Diretor Administrativo Financeiro	Ata de Assembleia Geral
3) Pagamento de multas a fornecedores e clientes.	Acima de R\$ 200.000,00	Diretor Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor De Área.	Ata de Reunião da Diretoria
4) Alienação de bens do ativo permanente NÃO prevista no orçamento. <i>Nota 1: para bens imóveis, considerar o limite de valor por unidade.</i> <i>Nota 2: quando recebidos em pagamento de dívida de terceiros, não é necessária aprovação do Conselho de Administração.</i>	Acima de R\$ 50.000,00	Diretor Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor De Área.	Ata de Reunião da Diretoria
5) Vendas de sucata, conforme política da empresa.	Acima de R\$ 100.000,00	Diretor Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor De Área.	Ata de Reunião da Diretoria
6) Constituição de ônus reais sobre bens da Sociedade, quando não for o próprio bem financiado.	Acima de R\$ 50.000,00	Diretor Presidente e Diretor Administrativo Financeiro	Ata de Reunião da Diretoria
7) Prestação de garantia (aval/fiança) <i>Nota: É vedada a prestação de garantias para obrigações de qualquer pessoa física ou para obrigações de terceiros fora das empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Algar S/A Empreendimentos e Participações.</i>	Empresa	Diretor Presidente e Diretor Administrativo Financeiro	Ata de Reunião da Diretoria
(*) Preferencialmente diretores das áreas envolvidas na operação.			


 José Antônio Fecchio
 Maria Aparecida Garcia
 ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S/A
 Sócia-quotista


 Marcelo Mafrá Bicalho
 Mauri Seiji-Ono
 ALGAR S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES
 Sócia-quotista

Visto: Danilo de Andrade Fernandes
 CARIMBO: 128.797



PROCURAÇÃO

OUTORGANTES:

ALGAR TELECOM S/A, prestadora de serviços de telecomunicações, inscrita no CNPJ n.º 71.208.516/0001-74, com sede na Av. José Alves Garcia, n.º 415, Bairro Brasil, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais;

ALGAR CELULAR S/A, prestadora de serviços de telecomunicações, inscrita no CNPJ n.º 05.835.916/0001-85, com sede na Rua José Alves Garcia, n.º 415 - Parte, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais;

ALGAR MULTIMÍDIA S/A, prestadora de serviços de telecomunicações, inscrita no CNPJ n.º 04.622.116/0001-13, com sede na Rua José Alves Garcia, n.º 415 - Mezanino, Bairro Brasil, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais;

IMAGE TELECOM TV VÍDEO CABO LTDA, concessionária de serviços de TV por assinatura, inscrita no CNPJ n.º 22.231.831/0001-07, com sede na Av. Afonso Pena, n.º 4.000, Bairro Brasil, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais;

ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S/A, inscrita no CNPJ 21.246.699/0001-44, com sede na Avenida Floriano Peixoto, n.º. 6500, parte, Granja Marileuza, na cidade de Uberlândia, estado de Minas Gerais; e,

SYNOS CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ n.º. 05.510.654/0001-89, com sede na Rua da Paisagem, n.º 220, 4º andar, salão 41, Edifício Lumiere, Vila da Serra, na cidade de Nova Lima, Estado de Minas.

Todas, neste ato, representadas por seus Diretores Estatutários, nomelam e constituem seus bastantes procuradores:

OUTORGADOS:

BERNARDO ARAÚJO COSTA, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF n.º 014.879.526-94 e OAB/MG 105.296; **DANILO DE ANDRADE FERNANDES**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito no CPF n.º 059.638.166-29 e OAB/MG 128.797; **FERNANDA APARECIDA SANTOS**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita no CPF n.º 558.882.916-68 e na OAB/MG 93.042, **LETÍCIA ALVES GOMES**, brasileira, casada, advogada, inscrita no CPF n.º 783.834.396-87 e na OAB/MG 82.053, todos com endereço comercial na Rua Lapa do Lobo, n.º 800, Bairro Alto Umuarama, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

PODERES:

As **OUTORGANTES** conferem aos **OUTORGADOS** poderes específicos para representá-las, isoladamente ou em conjunto, quaisquer dos **OUTORGADOS**, perante repartições públicas em geral, ora exemplificada, mas não se limitando a Juntas Comerciais, principalmente para resolver pendências e assinar capas e requerimentos para regularização, Ingresso de processos e/ou prestação de Informações.

VALIDADE:

A presente **PROCURAÇÃO** será válida até o dia **31 de Dezembro de 2014 (31/12/2014)**.

LOCAL E DATA:

Uberlândia - MG, 24 de Janeiro de 2014.

1º Serviço Notarial

JEAN CARLOS BORGES

1º Serviço Notarial

MARINEIDE DA SILVA PERES

ALGAR TELECOM S/A
ALGAR CELULAR S/A
ALGAR MULTIMÍDIA S/A
IMAGE TELECOM TV VIDEO CABO LTDA

1º Serviço Notarial

JOSÉ ANTÔNIO FECHIO

1º Serviço Notarial

MARIA APARECIDA GARCIA

ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S/A
SYNOS CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA

Espelher 0004/2014

1º SERVIÇO NOTARIAL
AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que esta fotocópia está de acordo com o seu original.

08 JAN 2014

Seio de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
CFS 37155

Proc. 00336204



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31300109895 em 15/12/2014 da Empresa **ALGAR TI CONSULTORIA S/A**, Nire 31300109895 e protocolo 147949220 - 01/12/2014. Autenticação: F7F4A77F735132206ECD28F1E65A8EB42323856E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 14/794.922-0 e o código de segurança 6TLA Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/12/2014 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

1º SERVIÇO NOTARIAL - UBERLÂNDIA (MG) - Tabelião: CARLOS ANTÔNIO DE ARAÚJO
 Av. Cesário Alvim, 913 - Centro - Telefex: (34) 3236-0433 - CEP 38400-694

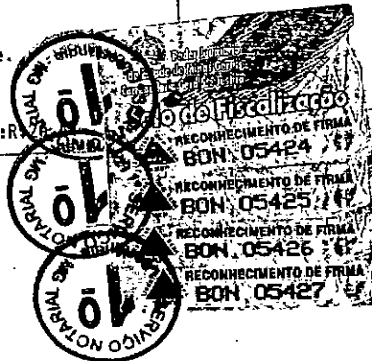
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) abaixo:
 JEAN CARLOS BORGES, MARINEIDE DA SILVA PERES, JOSE ***
 ANTONIO FECHIO, MARIA APARECIDA GARCIA *****

Uberlândia, 10/02/2014

Em Testo P da verdade.

Priscila Lopes Machado

Emol.: R\$15,60 TFJ.: R\$4,84 Total: R\$20,44



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31300109895 em 15/12/2014 da Empresa ALGAR TI CONSULTORIA S/A, Nire 31300109895 e protocolo 147949220 - 01/12/2014. Autenticação: F7F4A77F735132206ECD28F1E65A8EB42323856E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 14/794.922-0 e o código de segurança 6TLA Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/12/2014 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
 SECRETÁRIA-GERAL